

TÍTULO DO PROJETO: REPENSANDO O LUGAR  
DO EDUCADOR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS - EJA

Aluna: Adriana Marcia Prado de Araújo

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Sonia Regina Miranda

Santos

2019

# **Repensando o lugar do educador na Educação de Jovens e Adultos**

Projeto de Intervenção apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a conclusão do curso de especialização em História e Cultura no Brasil Contemporâneo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sonia Regina Miranda

Santos  
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Prado de Araújo, Adriana Marcia.

Repensando o lugar do educador na EJA / Adriana Marcia Prado de Araújo. -- 2019. 15 f.

Orientadora: Sonia Regina Miranda Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Especialização em História e Cultura no Brasil Contemporâneo, 2019.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Educação Popular. 3. Educador e EJA. I. Miranda, Sonia Regina, orient. II. Título.

## Folha de aprovação

Autora: Adriana Marcia Prado de Araújo

Título: Repensando o lugar do educador na Educação de Jovens e Adultos

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso

Objetivo: Conclusão de Curso de Especialização

Instituição: Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora

Data de aprovação: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Nome:

---

Instituição

---

Nome:

---

Instituição

*Dedico esse trabalho a todos os educadores da EJA que buscam práticas pedagógicas significantes e libertadoras para atuarem junto aos educandos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente aos meus bons amigos, que sempre me incentivaram a buscar meios de contribuir para a construção de uma educação significativa e libertadora, em especial à Caroline Dantas com suas buscas de materiais para leitura e aprimoramento, à Cidinha com suas reflexões que tanto ajudaram no meu desenvolvimento intelectual, à Nicéia que por tantas vezes me fez lembrar a importância de alimentar a alma com bons papos e afeto, à Cristiane pelas boas vibrações e à Edna Martins, sempre presente, pronta para qualquer coisa que eu pudesse precisar.

Agradeço à minha mãe, Vasthy Prado, que tanto perdoou minhas ausências, à Deus, que me permitiu estar aqui.

Agradeço também ao professor Rodrigo Christofolletti pela viabilização desse curso e à professora Sonia Regina Miranda pela orientação.

[...] historicamente, em nosso país, as políticas educacionais não favoreceram que alunos das classes trabalhadoras realizassem um percurso educacional capaz de garantir o direito à conclusão da educação básica com formação integral. Ao contrário, a história de nossa formação social traz as marcas do passado colonial e escravocrata, da configuração de um capitalismo tardio e subalterno, de uma burguesia aferrada à prática de ações patrimonialistas sobre o Estado, privatizando o público a serviço dos interesses das elites políticas e econômicas. Assim, ao longo dos anos, a desigualdade e a exclusão social foram se ampliando no Brasil, resultando daí grande contingente da população que vive em situação de pobreza, que não concluiu a trajetória escolar e nem possui formação profissional qualificada (SHIROMA; LIMA FILHO, 2011, p. 727-728).

## **RESUMO**

O presente estudo apresenta uma reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede pública estadual de São Paulo, a escassez de políticas públicas para esta modalidade de ensino, a falta de material pedagógico de apoio ao professor, a improvisação do currículo escolar, bem como a inexistência de critérios para a atribuição das aulas de EJA. Além da somatória destas particularidades existe o constrangimento do estudante de EJA pelo seu atraso na vida acadêmica. A descrição e análise das atuais práticas pedagógicas para a Educação de Jovens e Adultos seguem os pressupostos teóricos de Paulo Freire e Henry Giroux. Palavras-chave: Educação popular; Educação de Jovens e Adultos. Currículo da EJA.

## **ABSTRACT**

The present study shows a reflection about Young and Adult Education (EJA) in public schools of São Paulo, insufficient public policies for this type of education, lack of pedagogical material to support the teacher, improvised school curriculum, as well as lack of criteria for EJA class assignment. Besides the afore mentioned points, we also reflect upon the emotional drawback and embarrassment to EJA students due to their delay in academic life. The description and analysis of current pedagogical practices for Young and Adult Education follow the theoretical assumptions by Paulo Freire and Henry Giroux.

Key words: public Education, Young and Adult education, EJA curriculum.

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
1.1. Introdução .....	23
1.2. Problematização.....	25
1.4. Justificativa .....	27
1.5. Objetivos.....	28
1.5.1. Objetivo Geral .....	28
1.5.2. Objetivos Específicos .....	28
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>29</b>
<b>3. ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>33</b>
3.1. Metodologia.....	33
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>
5.2. Bibliografia .....	38

# 1. APRESENTAÇÃO

## 1.1. Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino ofertada na rede estadual de São Paulo, tem o objetivo de possibilitar a conclusão da Educação Básica para aqueles que não tiveram acesso ou não puderam permanecer no sistema de ensino, há legislação própria que garante a sua oferta e conta com financiamento público, o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Cabe salientar que não somente no estado de São Paulo é oferecido este tipo de modalidade de ensino para jovens e adultos e, nem tão pouco, somente na rede estadual, a EJA é oferecida em todos os estados brasileiros, normalmente na rede municipal é oferecido o ensino fundamental, na rede estadual o ensino médio, e nos Institutos Federais a modalidade é oferecida por meio do Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio – PROEJA, além do SENAI.

Historicamente a demanda da EJA é formada pela parte da sociedade menos favorecida econômica e socialmente falando, ou seja, por pobres, negros, subempregados, ou, seja pelos marginalizados socialmente, pessoas que dependem de um trabalho para sobreviverem; Para eles a escola é compreendida como uma ponte para uma vida menos sofrida, longe do trabalho pesado e da baixa remuneração, ou seja, eles acreditam que com uma escolaridade maior para alcançar uma qualidade de vida melhor.

Ao logo do tempo fomos percebendo que antes tínhamos nas salas da EJA pessoas mais idosas, porém, é notável como jovens passaram a desistir do ensino regular e ingressar na EJA tornando essas turmas mais heterogêneas, Segundo Haddad (2000, p.127): “A partir dos anos 80, os programas de escolarização de adultos passaram a acolher um novo grupo social constituído por jovens de origem urbana, cuja trajetória escolar anterior foi malsucedida”.

São jovens evadidos do ensino regular ou porque precisaram entrar no mercado de trabalho para ajudar no sustento familiar, ou porque foram instigados a evadirem pelo corpo docente e gestão devido a problemas com indisciplina ou porque foram estigmatizados por desempenho insatisfatório, então é possível e rotineiro encontrar em uma sala de aula da EJA alunos de 70, de 45 e de 18 anos.

O público atendido pela EJA é de pessoas que na idade regular não puderam estudar, ou por não sentirem-se atraídos pelo conteúdo escolar acabaram deixando a escola. Isto acaba gerando uma exclusão dos indivíduos analfabetos dentro da sociedade e da própria escola. Muitos são os problemas que dificultam o ingresso de pessoas no ensino na idade regular, alguns destes problemas são: gravidez precoce, drogas, desinteresse, condições financeiras. (PEDROSO, 2010).

Por estas singularidades quando pensamos em práticas pedagógicas voltada para EJA temos que fugir de um planejamento concluso e refletir sobre alternativas voltadas às necessidades e singularidades da turma, valorizando seus conhecimentos e saberes, para que os mesmos sejam e se percebam como protagonistas do processo de aprendizagem.

Quando falamos da demanda da EJA falamos de alunos que voltam à escola para enfim concluir sua Educação Básica, que esperam no mínimo serem bem aceitos, respeitados em suas singularidades e limitações, para isso, precisam ter professores que os acolham, que saibam trabalhar com essa demanda, que tenham competência técnico- pedagógica. (RIOS, 2005).

Este trabalho visa refletir acerca das políticas públicas voltadas os alunos e alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da rede estadual de São Paulo, refletindo sobre quais são as políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEE – SP para atender a esta demanda, respeitando às especificidades desta modalidade.

Serão feitas reflexões sobre a formação dos educadores que atuam nesta modalidade e sobre alguns elementos envolvidos com o processo escolar: o currículo, a prática docente e os diferentes componentes deste espaço. Será relatado situações e questionamentos vivenciados durante a prática e tem como finalidade expor as minhas impressões durante o tempo de prática docente.

As reflexões serão feitas tendo como base alguns dados fornecidos pela SEE por meio da Lei da Transparência, a realidade de uma unidade escolar em específico na zona leste da cidade de São Paulo, considerando as práticas pedagógicas que ali são desenvolvidas, as manifestações de alguns alunos a respeito das aulas e dos conteúdos apresentados em contraponto com os pressupostos teóricos sobre a educação de jovens e adultos de Paulo Freire e sobre currículo de Henry Giroux.

## 1.2. Problematização

“O Brasil é um dos países com o maior número de pessoas sem diploma do ensino médio: mais da metade dos adultos (52%) com idade entre 25 e 64 anos não atingiram esse nível de formação, segundo o estudo Um Olhar sobre a Educação, divulgado nesta terça-feira pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).” (<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/09/11/mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-tem-diploma-do-ensino-medio-aponta-ocde.ghtml>)

No que tange sobre as políticas públicas relativas à educação de jovens e adultos, foi possível verificar que a Secretaria de Estado da Educação do estado de São Paulo (SEE-SP) oferece a modalidade de Educação de Jovens e Adultos em algumas unidades escolares no período noturno de forma presencial e obrigatória e no Centro Estadual de Educação para Jovens e Adultos – CEEJA, onde a carga horária é flexível e o aluno é o responsável pelo seu plano de estudos, podendo recorrer aos professores da unidade onde se matriculou para esclarecimento de dúvidas.

Os professores da rede estadual de São Paulo utilizam, no caso do CEEJA, o material produzido em 2015, chamado “EJA Mundo do trabalho”, que foi desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI) em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de SP (SEE- SP), quanto às escolas regulares, o material é o mesmo utilizado para o ensino regular, os livros do PNLD, isso quando os professores não elaboram nenhum outro tipo de material, de forma independente e voluntária.

Ou seja, a SEE-SP não desenvolveu um material de apoio específico para esta modalidade que levasse em conta as especificidades da demanda, nem tão pouco um currículo específico, não que a qualidade do ensino dependa disso, porém, a SEE-SP no ensino regular, valoriza a elaboração de apostilas tanto para aluno quanto para professores, assim como propostas curriculares a serem seguidos, criando inclusive várias formas de monitorar seu cumprimento, entendo que, ao não se preocupar em elaborar material de apoio e currículo para a EJA esteja, mesmo que sem a intenção, nos dando um indicativo da pouca preocupação com esta modalidade de ensino e seus educandos.

“A educação de adultos hoje oferecida no Brasil, embora pobremente, tem por funções não só a de complementar uma formação incompleta, insuficiente, recuperando o adulto marginalizado, como a de ensinar a ler e escrever aos deserdados sociais. Os planos governamentais, principalmente nas últimas três décadas, apontam para o atendimento principalmente à última destas funções; tão somente a alfabetização” (GIUBILEI, 1993: 4)

Comumente quando um professor assume salas da EJA pela primeira vez se questiona sobre qual tipo de material utilizar, quais conteúdos problematizar, quais as práticas mais adequadas, quais formas de averiguar a aprendizagem, enfim, é comum que o educador se sinta inseguro, e é necessário dar apoio para esses educadores, investindo em formação para tal e, além disso, a demanda para a EJA é muito grande e são necessárias políticas públicas voltadas à oferta de um ensino de qualidade, não é possível pensar em reduzir as desigualdades sociais e na formação de consciência crítica sem pensar na educação da população.

“A educação de jovens e adultos foi vista no decorrer de sua história como uma modalidade de ensino que não requer, de seus professores, estudo e nem especialização, como um campo eminentemente ligado à boa vontade. Em razão disso, são raros os educadores capacitados na área. Na verdade, parece que continua arraigada a idéia de que qualquer pessoa que saiba ler e escrever pode ensinar jovens e adultos, pois ainda existem educadores leigos que trabalham nessa modalidade de ensino, assim como a idéia de qualquer professor é automaticamente um professor de jovens e adultos. Com esta falsa premissa não tem se levado em conta que para se desenvolver um ensino adequado a esta clientela exige-se formação inicial específica e geral consistente, assim como formação continuada.” (GUIDELLI, 1996: 126).

Pensando no contexto de hoje, na atual administração federal, percebe-se que não há lugar para a EJA no MEC, pelo menos não até o momento, podemos dizer que as políticas públicas voltadas à esta modalidade perdeu ainda mais importância uma vez que, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) foi extinta, mesmo tendo sido alocada formalmente na Secretaria de Educação Básica (SEB), não há diretoria ou coordenação responsável pela EJA, não há programa nem proposta para a modalidade, tanto que o programa de alfabetização só se refere às crianças e a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), o órgão de participação popular sobre políticas públicas voltadas à EJA também foi extinta.

### 1.3. Justificativa

Pensando na trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, seria possível afirmar que desde o Brasil Colônia há algum tipo de prática para alfabetizar os adultos, por exemplo, no período jesuítico, quando os mesmos se voltaram a alfabetizar os índios, pensando na conversão deles ao catolicismo e depois com os filhos dos colonos e com os mestiços, por meio das escolas de ordenação criadas pelo Padre Manuel de Nóbrega. (Souza, 2007).

Quando no período do Brasil Império, escolas noturnas foram abertas para ensino de adultos, eram de qualidade baixa e, normalmente, os cursos eram de curta duração, a Constituição de 1824 garantia a todos os cidadãos a instrução primária gratuita, porém, cidadãos eram as pessoas livres, saídas das elites e que costumavam ocupar funções na administração imperial (Soares, 1996).

Porém, foi no final de 1930 que a educação básica dos jovens e adultos começou a traçar seu lugar na história da educação brasileira como uma educação popular, como um processo permanente de reflexão sobre as vivências do educando e, foi no final de 1950 que o educador Paulo Freire emerge no cenário nacional com uma proposta de alfabetização conscientizadora e libertadora, em 1963, Paulo Freire apresentou o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), onde propunha um movimento de alfabetização que considerasse o contexto de cada comunidade.

Com a Constituição de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9394/96), nos artigos 2º, 4º e 5º o Estado estabeleceu um compromisso com a EJA, na LDB a EJA é descrita como uma modalidade específica da educação básica de ensino para jovens e adultos.

Paulo Freire pontuava que na educação de jovens e adultos é necessário falar com eles e, não falar para eles, reforçava sempre que os mesmos traziam consigo seus saberes adquiridos na vivência e que eles, deveriam ser valorizados enquanto conhecimento do mundo, e chamava de arrogante o professor que acredita ser o único detentor de conhecimento, sobre isso:

“Quem apenas fala e jamais ouve; quem “imobiliza” o conhecimento e o transfere a estudantes, não importa se de escolas primárias ou universitárias; quem ouve o eco apenas de suas próprias palavras, numa espécie de narcisismo oral, quem considera petulância da classe trabalhadora reivindicar seus direitos, quem pensa, por outro lado, que a classe trabalhadora é demasiado inculta e incapaz, necessitando, por isso, de ser libertada de cima para baixo, não tem realmente nada que ver com libertação em democracia, pelo contrário, quem assim atua e assim

pensa, consciente ou inconscientemente, ajuda a preservação das estruturas autoritárias” (Paulo Freire, 2002).

Assim, com esse projeto de intervenção se busca desenvolver na prática a teoria de Paulo Freire, uma educação significativa e libertadora, com práticas pedagógicas adequadas, que levem em consideração o conhecimento e necessidades dos educandos, o debate de idéias, a construção de conhecimentos, a partir da vivência dos educandos, o projeto está sendo iniciado nas aulas de história e sociologia, uma vez que, os conteúdos estudados nessas disciplinas, permitem essa proximidade com a história dos mesmos.

E para quê? Para estabelecer um processo permanente de reflexão, para o desenvolvimento da consciência crítica de todos os envolvidos nesse processo de aprendizagem, para desnaturalizar a desigualdade social, a exploração do homem pelo homem, para que os educandos se percebam enquanto sujeitos históricos e construtores da história, para romper com as estruturas autoritárias, que Paulo Freire já mencionava.

## **1.4. Objetivos**

### ***1.4.1. Objetivo Geral***

Estabelecer rotinas na unidade escolar que permitam um processo contínuo de reflexão.

### ***1.4.2. Objetivos Específicos***

- a) Criar na unidade escolar uma cultura de acolhimento aos alunos da EJA;
- b) Criar momentos de reflexão e debates por meio de rodas de conversas;
- c) Desenvolver rotinas que proporcionem maior interação entre os educandos e educadores;
- d) Implantar uma educação democrática, onde os educandos participem na elaboração do currículo escolar e na elaboração dos planos de aulas.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Na época em que fiz o ensino médio, entre 1987 e 1989, tive um educador da disciplina de geografia que nos ensinou a fazer pesquisa em diversas fontes diferentes, a comparar as fontes jornalísticas e suas narrativas, a buscar por traz de cada versão quais os interesses estavam sendo defendidos, tínhamos acabado de retornar ao regime democrático, após 21 anos de ditadura, não era comum na escola algum professor nos instigar a pensar, a pesquisar, a discutir e, a desconfiar da imprensa.

A forma como este educador dava suas aulas, sempre me causou bons sentimentos, lembro até hoje que ele chegava e nos falava sobre o que seria a aula, mas antes de iniciar a explicação, sondava o que sabíamos a respeito e com muita calma e clareza ia esclarecendo as dúvidas e nos situando no assunto, era uma aula em que todos nós podíamos falar sem medo de sermos repreendidos, aprendemos muito com ele, não só o conteúdo específico da disciplina, mas a pensar, a questionar, a duvidar de verdades absolutas, com ele eu decidi que seria professora um dia.

Fiz minha primeira graduação em Ciências Sociais, bacharelado e licenciatura, já no final do curso, fui realizar um sonho, começar a lecionar, com toda a teoria em mente, com muita ansiedade e medo, porém, imbuída do espírito de construir juntos com os educandos uma educação libertadora, a partir de nossas vivências, pensando no educando como um sujeito social, sabia da inexistência de neutralidade da educação, que o processo educativo tem uma natureza política, o que não significa manipuladora, a questão era somente o posicionamento claro sobre ser a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, assim, decidi que desenvolveria minha atividade política visando o bem comum, de forma ética, pois, não queria uma prática espontaneísta, para não ser irresponsável (Paulo Freire, 2002).

Ao entrar nas salas de aulas da EJA, e então percebi que, infelizmente a teoria freiriana não chegou na prática das salas de aulas, nem mesmo na sala dos professores, ao menos não nas que eu frequentei, para ser mais sincera ainda, nem mesmo na Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) eu ouvi falar de Paulo Freire, ou de qualquer outra educador que tenha se dedicado a pensar em práticas voltadas à EJA, na prática percebi que há uma distância de anos luz entre a teoria de Paulo Freire e a prática dos professores, o que me faz acreditar que a perseguição ao educador Paulo Freire é uma enorme perda de tempo, infelizmente seu método de educação é muito mais conhecido e aplicado do outro lado dos trópicos, aqui fazemos, na maioria dos casos, exatamente o contrário do que ele defendia, praticamos a educação bancária.

Afirmo isso, pois, presenciei colegas de profissão dando textos imensos para os alunos copiarem, textos sem relação nenhuma com a vivência deles, vi professores dizendo a eles que não ensinariam contas complexas porque eles não teriam condições de aprender algo que fosse mais “difícil” do que decorar a tabuada e fazer operações simples, vi colegas tratando eles com o mesmo desdém que a sociedade os trata fora da escola, até professor reclamando do “perfume doce” que as alunas usam eu ouvi.

Notei que muitos alunos se sentiam envergonhados por estarem tentando aprender já com “tanta idade”, me senti frustrada, com raiva daquela situação e com muito medo de não conseguir ajudar aqueles educandos a perceberem que ali, naquele espaço, se reproduzia a mesma exclusão social que acontecia fora da escola, e que era justamente por isso, que precisávamos estudar, descobrir formas de resistência, ali mais do que nunca descobri que era e é necessário resistir.

Eu acreditava e acredito que é possível construir conhecimentos históricos em sala de aula de uma forma mais interessante, trazendo a história para próximo dos alunos, e considerando a vivência dos alunos da EJA, isso seria mais simples de se fazer, afinal, poderíamos partir de fatos históricos que eles tenham presenciado ali, no chão da terra, podíamos partir da história do cotidiano, da oralidade, Jayme e Carla Pinsky (2008, p.28) enfatizam que quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo, mais ele terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado a exercer.

Uma das minhas preocupações antes de entrar na sala de aula da EJA foi com o material de apoio que deveria ser utilizado, já sabia que não existia um currículo a ser seguido, o que, aliás, sempre me foi bem oportuno, mas novamente me referenciando a Paulo Freire, lembrava que o ideal seria que os temas e textos deveriam ter ligação com o contexto dos educandos, não poderia ser possível um texto sem contexto, como afirmou ele e, ainda, pensando especificamente na minha disciplina, História, sabia que era importante observar os aspectos sociais e culturais que envolvem o cotidiano dos alunos, para que os conteúdos a serem trabalhados fossem significativos.

“É preciso, na verdade que a alfabetização de adultos e a pós-alfabetização, a serviço da reconstrução nacional, contribuam para que o povo, tomando mais e mais a sua História nas mãos, se refaça na feitura da História. Fazer a História é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado. Pobre do povo que aceita, passivamente, sem o mais mínimo sinal de inquietação, a notícia segundo a qual, em

defesa de seus interesses, “fica decretado, que, nas terças-feiras, se começa a dizer boa noite a partir das duas horas da tarde”. Este será um povo puramente representado, já não presente na História. (Paulo Freire, 2002.)

A respeito dos educandos, devemos sempre pensar que:

Quando falamos da demanda da EJA falamos de alunos que voltam à escola para enfim concluir sua Educação Básica, que esperam no mínimo serem bem aceitos, respeitados em suas singularidades e limitações, para isso, precisam ter professores que os acolham, que saibam trabalhar com essa demanda, que tenham competência técnico-pedagógica. (RIOS, 2005).

Na prática da sala de aula, percebemos a singularidade dos educandos desta modalidade, por isso, a necessidade de implementar políticas públicas específicas para a EJA, pois:

Estes jovens e adultos trazem consigo um sentimento de inferioridade, por não terem concluído a formação básica na faixa etária socialmente aceita, dita correta, então eles voltam à escola precisando de mais do que conteúdos extensos, aulas sem significados com a realidade, precisam se sentir capazes de aprender, entender que não há tempo limite para construção do conhecimento, para isso é necessário reinventar uma nova forma de ensinar, precisamos todos mudar. (Santos,2003. p.740).

Logo:

“É preciso insistir que tudo quanto fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação de nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivos, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada uma destas decisões veicula determinadas experiências educativas, e é possível que nem sempre estejam em consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que hoje em dia tem a educação”(ZABALA, 1998, p. 29).

Se pensarmos nestas duas realidades, as políticas públicas voltadas para a EJA no estado de São Paulo e as necessidades dos educando fazendo um contrapondo com os pressupostos teóricos de Paulo Freire e Henry Giroux, conseguiremos constatar com facilidade que não há

nenhum compromisso, por parte da SEE-SP, em oferecer uma educação crítica e libertadora na EJA .

Pensando no currículo, as questões que envolvem o currículo estão relacionadas, essencialmente ao controle do conhecimento, e por isso, é preciso pensarmos os conteúdos que levamos para sala de aula, Giroux reconhece no currículo as relações de poder e dominação dos interesses dominantes, porém, não elimina a possibilidade de contestação e transformação no espaço escolar. Ele entende que, as escolas são além de locais de reprodução social e cultural, são um "campo" de lutas e possibilidades.

Assim, o currículo pode ser um meio de mudanças e transformações em benefício de uma educação mais justa e democrática e, por isso, Giroux salienta da importância dos professores tomarem espaço na construção destes currículos junto com os educandos, em busca de atividades reflexivas e libertadoras, em detrimento de um currículo tecnicista, formador de mão de obra, o que, não me entendo, considerando o material oferecido no CEEJA, é o objetivo da SEE-SP.

Aqui eu vejo uma grande possibilidade dos professores serem o que Giroux chama de professores intelectuais, ao assumir o dever em promover uma educação que forme cidadãos capazes de compreender as estruturas de dominação e as formas de resistência e transformação, observa-se forte influência de Paulo Freire nas concepções emancipadoras e libertadoras do conhecimento em Giroux, com sua defesa de que professores e professoras não podem ser vistos como simples executores de procedimentos de conteúdo e instrução predeterminados, ou seja, não podem ser vistos como técnicos passivos, mas sim como profissionais intelectuais ativos e reflexivos.

É preciso urgentemente lutar contra as injustiças econômicas, políticas e sociais dentro e fora das escolas, temos que, assumir nosso papel político de educadores, sermos mediadores, produtores de ideias e práticas sociais que busquem a formação crítica e transformadora dos nossos educandos e, não só a formação científica ou a inserção desses educandos no mundo do trabalho.

Giroux coloca muito bem que a prática educacional enquanto fenômeno histórico é complexo e contraditório, mas a resistência é uma possibilidade real, o autor percebe nesta perspectiva possibilidades de desafio para a ação docente, que precisa de autocrítica para

vislumbrar possibilidades de transformações no ensino e sua influencia nas estruturas da sociedade a qual estão inseridas.

Podemos notar que tanto Freire quanto Giroux estabelecem por meio de suas análises uma reflexão mais ampla e abrangente sobre a importância e poder da educação, sobre nossa responsabilidade como educador, sobre como é possível pelo conhecimento nos perceber enquanto sujeitos históricos, como é importante desenvolver a criticidade, como é possível pela educação reduzir as injustiças sociais e, como é possível assumir em qual lado você está, dos oprimidos ou dos opressores.

Como Paulo Freire disse, não é possível ser neutro, é necessário assumir qual o nosso lado, é necessário mostrar aos educandos que não só o lado que resolvemos ficar na História, mas também ter uma prática condizente com a teoria, é necessário estar ao lado dos nossos alunos, ocupar os nossos lugares, ou nosso compromisso político, sobre a importância da educação libertadora e da resistência.

O EJA é uma modalidade de ensino que integra a educação básica, porém sua clientela tem necessidades específicas do público adulto, o que se reflete no processo de ensino-aprendizagem. Entende-se que o professor, neste contexto, precisa ser dinâmico e usar de sua criatividade para dar luz a metodologias adequadas a demanda atendida e que sejam capazes de resgatar o aluno, fomentando um verdadeiro aprendizado. Toda pessoa, mesmo que seja analfabeta, é um sujeito histórico, social e cultural que traz consigo uma bagagem de saberes oriundos de sua própria experiência de ser e estar no mundo, sendo, portanto, capaz não apenas de desenvolver atividades que lhe sejam propostas como de tomar as próprias decisões, de pensar por si mesmo e se refazer como um ser ético (FREIRE, 2008).

### **3. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1. Metodologia**

O primeiro passo realizado para a concretização do presente projeto foi expor aos professores e coordenador todos os problemas já mencionados aqui, a partir deste momento foi possível identificar os educadores que compartilham das mesmas angústias e do mesmo

entendimento do verdadeiro significado de construir conhecimento e da importância de desenvolver um projeto de intervenção que fosse capaz senão de revolucionar as práticas pedagógicas da unidade escolar, ao menos torná-las mais humanas e significativas aos educandos.

A partir da identificação dos educadores que incomodados com a situação estavam propostos a se movimentar para implementar mudanças, fizemos reuniões entre nós e com a Gestão escolar que, sempre se pôs disposta a nos auxiliar na viabilização do projeto de intervenção, assim começamos a refletir sobre como viabilizar o projeto e, o mais óbvio e consensual foi que o mesmo deveria ser elaborado junto aos educandos.

Estabelecemos quais objetivos queríamos alcançar e então decidimos que partiríamos de temas propostos pelos educandos, coadunado com o conteúdo das disciplinas de história e sociologia, para ajudar na construção do conhecimento outros educadores se dispuseram a participar dentro de suas especificidades, como com a escrita, com artes e a gestão trazendo para a escola discussão com especialistas.

Levamos para as turmas nossa proposta de projeto e pedimos que nos falassem qual seria o tema gerador, surgiram vários temas, como corrupção, desemprego, violência, religião, mas o mais citado entre os alunos foi a violência contra a mulher, mais exatamente feminicídio, assunto muito retratado neste começo de ano em todos os meios de comunicação e, além disso, um problema vivenciado senão diretamente, indiretamente pela quase totalidade dos educandos.

Pesquisas indicam que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo, superando países que estão em guerra, um dos exemplos desta violência são as altas taxas de assassinato de mulheres, 12 mulheres são assassinadas todos os dias no Brasil, conforme dados do Mapa da Violência.

A violência contra as mulheres em nossa sociedade se explica pela sua formação, uma sociedade patriarcal e machista, por conta do aumento da violência ao longo dos anos a nossa jurisdição foi alterada para tipificar e punir os crimes contra as mulheres, porém, isso não foi o suficiente para diminuir os crimes, é preciso levar essa discussão para dentro da escola, onde devemos promover uma educação para a paz.

E aqui voltamos à Paulo Freire:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar à disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida?

Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamental aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?

Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? Há ética de classe embutida neste descaso? (Freire, 1996)

Até mesmo o atual governo do estado de São Paulo compreende a urgência de tratarmos da violência contra a mulher nas escolas, tanto que foi instituído no Estado de São Paulo, por meio da Lei. 16.926/19 de 16.01.2019 a “Campanha Estadual Maria da Penha” que tem como principais objetivos:

- I - contribuir para o conhecimento da comunidade escolar acerca da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha;
- II - impulsionar as reflexões sobre o combate à violência contra a mulher;
- III - conscientizar adolescentes, jovens e adultos, estudantes e professores que compõem a comunidade escolar sobre a importância do respeito aos direitos humanos e sobre a Lei do Feminicídio, prevenindo e evitando as práticas de violência contra a mulher;
- IV - esclarecer sobre a necessidade da efetivação de registros de denúncias dos casos de violência contra a mulher nos órgãos competentes, onde quer que ela ocorra.

### 3.2 – Detalhamento do Projeto

O projeto será desenvolvido em várias fases sequenciais e/ou concomitantes, sendo:

#### Provocação

Utilização de imagens, textos, letras de músicas, depoimentos, dados, estatísticas e reportagens sobre a temática que serão espalhadas pela escola, a fim de provocar o interesse sobre a temática.

Duração: 01 semana

## Sondagem

Professores envolvidos no projeto de intervenção vão sondar em suas aulas o que os alunos pensam sobre o Femicídio, essa fase é muito importante, pois, servirá de base para definição das próximas práticas pedagógicas, como escolha das palestras, vídeos e aulas sobre a questão.

## Levantamento de Dados

Foi solicitado aos alunos que procurem reportagens, notícias, análises sobre violência contra mulheres em várias fontes, identificando cada uma delas.

## Roda de Conversa

O professor responsável pelo projeto na sala irá promover uma roda de conversa sobre o material levantado pelos alunos, é importante que os mesmos informem sobre o que descobriram para que os demais tomem conhecimento dos casos levantados.

## Entrevistas

Os alunos serão orientados a fazer entrevistas com mulheres próximas, ou poderão falar de si, a fim de investigar: 1º o que os mesmos compreendem como violência contra mulher (é importante que os alunos neste momento tenham compreensão sobre os vários tipos de violência patrimonial, violência sexual, violência física, violência moral e violência psicológica). 2º se as mesmas já foram ou se conhecem vítimas de violências e 3º se as mesmas, mesmo não tendo sido vítimas de violências, sentem medo de se tornarem vítimas.

## Palestras

Ainda na intenção de informar os educandos sobre a violência contra as mulheres no país, a U.E. irá proporcionar palestras com profissionais a respeito do tema.

## Recursos Didáticos:

- Quadro Negro,
- Jornais, cartazes, revistas e livros;
- Textos manuais;
- Leis 11.340/2006 – Maria da Penha e 13.104/2015 – Femicídio
- Mapa da Violência
- Infográficos;
- Aparelho de Som

- Filmes em DVD
- Filmadora (caso necessite realizar algumas gravações)
- Máquina Fotográfica Digital
- Computador com projetor

#### Culminância

Será feito uma amostra permanente das atividades realizadas pelas turmas envolvidas neste projeto de intervenção nas áreas de circulação da instituição para que toda a comunidade escolar se aproprie das conclusões e posicionamentos dos alunos a respeito da temática,

Será adotado como prática pedagógica permanente as rodas de conversas a partir de temas gerados dos educandos, paralelamente será promovido palestras e debates com especialistas.

Serão produzidos textos onde os educandos irão expor o que foi apreendido sobre o projeto, a partir de todas as discussões realizadas

Será feito análise de dados do Mapa da Violência

#### Avaliação e aprendizagem

A avaliação dos alunos pode ser feita em todos os momentos das atividades propostas, sendo considerada a contribuição individual nas discussões e demais atividades em grupo, assim como, o envolvimento dos alunos nas atividades solicitadas.

Partes Envolvidas:

Gestão da Escola, Coordenação Pedagógica, Educadores e Educandos.

Biografia:

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 43ª ed., 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários para a Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção e leitura)

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. São Paulo ANPED, Revista Brasileira de Educação, n. 14, mai.-ago. 2000, p. 108-130.

GUIDELLI, Rosangela Cristina. A prática pedagógica do professor do ensino básico de jovens e adultos : desacertos, tentativas, acertos.... São Carlos, 1996. 137 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos.

GIROUX, Henry. "Poder e resistência na nova sociologia da educação: para além das teorias da reprodução social e cultural". In: GIROUX, Henry. *Pedagogia Radical: subsídios*. São Paulo: Cortez, 1983, p. 31-56 (cap. 2)

PEDROSO, Sandra Gramilich. Dificuldades encontradas no processo de educação de jovens e adultos. In: I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos, 2010, João Pessoa. *Jovens, Adultos e Idosos: os sujeitos da EJA*. João Pessoa: EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPB, 2010. Disponível em: . Acesso em: 01 de Novembro de 2014.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, M. L. L. *Educação de jovens e adultos: marcas da violência na produção poética*. Passo Fundo: UPF, 2003.

SOARES, Leôncio. As Especificidades na Formação do Educador de Jovens e Adultos: Um Estudo sobre Propostas de EJA. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, ago. 2011.

UNESCO. *Terceiro relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos*. Brasília: UNESCO, 2016.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

PINSKY, J; PINSKY C. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (org) *História na sala de aula: Conceitos, Práticas e Propostas*. 3ª ed. São Paulo: Contextos, 2005.

SOARES, Leôncio José Gomes. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. *Revista Presença Pedagógica*, v. 2, nº 11, Dimensão, set/out 1996.

SOUZA, M. A. *Educação de jovens e adultos*. Curitiba: Ibepx, 2007